

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVA OBJETIVA DE SELEÇÃO --

Questão 1

Em relação à responsabilidade civil, penal e disciplinar dos notários e registradores, assinale a opção correta.

- Ⓐ Um substituto de notário ou registrador não poderá ser designado interino, ainda que seja o mais antigo, caso haja sido antes condenado por crime contra a fé pública ou de lavagem de bens, ainda que a condenação penda de recurso.
- Ⓑ Um julgamento penal condenatório de notário ou registrador pode dar causa à instauração de processo administrativo disciplinar (PAD) contra o delegatário, ainda que tal julgamento não determine a instauração do processo.
- Ⓒ O processo disciplinar para responsabilizar notários e registradores por infração a deveres funcionais é de natureza administrativa, não cabendo ao Poder Judiciário, no exercício estrito de atividade jurisdicional, interferir nessa responsabilização.
- Ⓓ Notários e registradores são funcionários públicos para fins penais, segundo a disciplina do Código Penal, razão por que sua responsabilidade criminal por atos funcionais deve ser pautada pelos tipos contidos no título do código sobre crimes contra a administração pública.
- Ⓔ Se um notário ou registrador for simultaneamente processado na esfera penal, por acusação de delito ligado à função, e na esfera disciplinar, caso haja absolvição penal antes do julgamento disciplinar, essa absolvição influirá no processo administrativo.

Questão 2

A respeito da independência do notário e registrador no gerenciamento da serventia, julgue os itens que se seguem.

- I A independência dos notários e registradores não os exime do dever de motivar suas decisões, quando for o caso.
- II O princípio da independência dos notários e registradores é componente fundamental de sua autonomia e da prevenção de responsabilidades.
- III A independência dos notários e registradores significa, essencialmente, que eles estão sujeitos apenas à lei.
- IV A independência dos notários e registradores abrange a gestão da serventia, no que diz respeito à contratação de empregados e à adoção de soluções tecnológicas, quando não houver diretrizes de observância compulsória.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 3

No que se refere à evolução nas técnicas de escrituração dos atos notariais e de registro no Brasil e às competências para esses atos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Se uma mesma escritura de compra e venda abranger imóveis de diferentes circunscrições, o ato deverá ser praticado pelo tabelião do domicílio do vendedor.
- Ⓑ Os tabeliães de notas não podem praticar atos de seu ofício fora do município correspondente à delegação, inclusive no caso do e-Notariado, por se tratar de regra que define competência de natureza absoluta.
- Ⓒ O reconhecimento remoto de firma em documento referente a venda de automóvel deverá ser feito pelo tabelião do domicílio do alienante.
- Ⓓ As disposições da Lei dos Registros Públicos acerca dos modos de escrituração dos atos notariais e de registro tornaram-se inaplicáveis diante das novas tecnologias.
- Ⓔ Desde o período colonial, a escrituração dos atos coube, no Brasil, a civis com funções equivalentes às dos atuais delegatários, inicialmente nomeados ou designados, hoje concursados.

Questão 4

No que diz respeito à conservação de documentos dos serviços notariais e registrais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Cabe ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) instituir e gerenciar centrais de serviços eletrônicos para a sistematização e o tratamento digital de dados e informações dos serviços.
- Ⓑ A requerimento da parte interessada, o notário ou registrador pode autorizar a saída temporária, da serventia, dos livros de registro, para fins de consulta, por até 48 horas.
- Ⓒ Sendo necessário exame pericial de um livro ou documento do serviço, ele poderá ser realizado no próprio serviço ou no órgão de polícia científica, a critério do notário ou registrador.
- Ⓓ Os documentos do acervo de um serviço devem permanecer no arquivo deste por prazo indefinido, sob responsabilidade do delegatário.
- Ⓔ No caso de desmembramento de um serviço, enquanto o novo não for instalado, os atos continuarão a ser feitos naquele do qual resultou o desmembramento e, com a instalação do novo serviço, a este deverão ser enviados os documentos daqueles atos.

Questão 5

A respeito da declaração sobre operação imobiliária (DOI) destinada à Receita Federal do Brasil, assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os titulares de serviços notariais ou registrais, pessoalmente, podem acessar o sistema DOI-Web, para transmissão da DOI.
- Ⓑ Se houver apresentação com atraso da DOI, a multa correspondente será dispensada se o responsável enviar a declaração antes do início do procedimento de apuração do evento.
- Ⓒ A obrigatoriedade de apresentação da DOI abrange apenas tabeliães de notas e oficiais de registro imobiliário.
- Ⓓ No caso de apresentação tardia da DOI, o responsável deverá pagar multa, contada proporcionalmente da data do ato jurídico, correspondente até o máximo de 2% do valor da operação.
- Ⓔ A DOI deve ser apresentada até o último dia útil do mês subsequente ao da anotação, averbação, lavratura, matrícula ou registro da operação imobiliária correspondente.

Questão 6

Assinale a opção correta no que diz respeito ao erro material nos trabalhos de uma serventia extrajudicial.

- Ⓐ Qualquer escritura pode ser declarada sem efeito, desde que por ato do próprio delegatário, mesmo após a assinatura das partes.
- Ⓑ Uma escritura é considerada incompleta quando lhe faltam dados essenciais de qualificação de alguma das partes.
- Ⓒ A correção de erros em escrituras por meio da expressão “em tempo” pode abranger todos os elementos do negócio jurídico original, inclusive preço e objeto.
- Ⓓ A correção de erros materiais por ata retificadora somente poderá ser feita antes do encerramento da escritura.
- Ⓔ A escritura de retificação e ratificação exige comparecimento de todas as partes envolvidas no negócio original.

Questão 7

No que concerne ao Registro Central de Testamentos Online (RCTO), à Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI), à Central Nacional de Sinal Público (CNSIP) e à Central de Escrituras e Procurações (CEP), assinale a opção correta.

- Ⓐ Qualquer interessado, desde que identificado com certificado digital ICP-Brasil ou certificado digital notariado, pode obter informação sobre a existência e o objeto de escrituras e procurações, por meio da CEP.
- Ⓑ Não se pode, juridicamente, dar curso a inventário ou partilha judicial sem certidão negativa de testamento deixado pelo autor da herança.
- Ⓒ Membros do CNJ que precisem de informação do RCTO ou da CESDI devem solicitar as informações pertinentes à corregedoria geral de justiça do estado correspondente.
- Ⓓ Tabeliães de notas e oficiais de registro que detenham atribuição notarial devem enviar ao CENSEC cartões de autógrafo seus, de seus prepostos e de todos os escreventes contratados pela serventia.
- Ⓔ Apenas tabeliães de notas com atribuição pura são obrigados a informar escrituras de separação, divórcio e inventário à CESDI.

Questão 8

Julgue os itens seguintes, referentes às materializações de documentos, às autenticações e ao reconhecimento de firmas.

- I Qualquer pessoa pode obter certidão de ficha de firma sobre outra pessoa, devendo o tabelião omitir os dados sensíveis do titular na certidão.
- II Estando a pessoa interessada na presença de oficial ou tabelião e assinando documento, dispensa-se, como regra, o reconhecimento de firma do signatário, inclusive na relação com órgãos e entes públicos e na autorização de viagem de criança.
- III Aquele que requerer reconhecimento de parentalidade socioafetiva deve apresentar documentos de prova do vínculo afetivo, como declarações de testemunhas, não se exigindo o reconhecimento por autenticidade das assinaturas dessas testemunhas.
- IV Compete a tabeliães, de qualquer especialidade, a materialização de documentos.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ II e III.
- Ⓓ I, III e IV.
- Ⓔ II, III e IV.

Questão 9

No que se refere à lavratura de protesto e às averbações, assinale a opção correta.

- Ⓐ Legalmente, não pode haver protesto de título antes do vencimento da obrigação.
- Ⓑ Na contagem do prazo para lavratura do protesto a partir da apresentação do título, computam-se como úteis os dias em que houver expediente bancário, ainda que em horário reduzido.
- Ⓒ Se o protesto de um título houver sido sustado judicialmente, mesmo o pagamento do título só poderá ocorrer com autorização judicial.
- Ⓓ O cancelamento do registro de protesto somente pode se dar com apresentação do original do título protestado.
- Ⓔ No caso de cancelamento de registro de protesto com base em ordem judicial, dispensa-se o pagamento de emolumentos.

Questão 10

Em relação à publicidade e a suas restrições nos tabelionatos de protesto, assinale a opção correta.

- Ⓐ O fornecimento de cópia de documentos arquivados é uma das formas de publicidade nos tabelionatos de protesto, mas, para as pessoas em geral, deve-se fornecer cópia apenas do próprio documento protestado.
- Ⓑ Certidões de protestos para pessoas em geral, que não as partes da relação jurídica, devem abranger o período máximo de cinco anos.
- Ⓒ As certidões em forma de relação destinadas a entidades de proteção do crédito devem abranger, quanto aos protestos, apenas aqueles por falta de pagamento.
- Ⓓ No que se refere à abrangência temporal das informações emitidas por centrais de protesto, deve prevalecer a regulação do Código de Defesa do Consumidor (CDC).
- Ⓔ Protestos com cancelamento averbado somente podem ser objeto de certidão por ordem judicial.

Questão 11

Em relação às averbações no registro de imóveis, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os atos de averbação no registro de imóveis têm caráter acessório ao direito real já constituído e são enumerados na lei de forma exemplificativa.
- Ⓑ Caso o oficial de registro imobiliário verifique que ato de registro praticado por oficial anterior não apresenta assinatura, ele deverá comunicar o fato ao juízo dos registros públicos e abrir nova matrícula para o imóvel, com os elementos legalmente necessários.
- Ⓒ Toda averbação por meio da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens sujeita-se a pagamento dos emolumentos correspondentes.
- Ⓓ Em linhas gerais, a Lei dos Registros Públicos enumera de forma não taxativa os atos jurídicos passíveis de registro imobiliário, segundo a doutrina prevalecente.
- Ⓔ O Ministério Público não pode requisitar ao oficial de registro a averbação de informação alusiva a imóvel com base na legislação ambiental, devendo requerer que isso se faça por ordem judicial.

Questão 12

A respeito da aquisição de imóvel rural por estrangeiro, da reserva legal e do cadastro ambiental rural (CAR), assinale a opção correta.

- Ⓐ Se a reserva legal estiver registrada no CAR, não será obrigatória, mas facultativa, a averbação dela no registro imobiliário.
- Ⓑ Não é juridicamente possível o registro de aquisição de imóvel rural por estrangeiro, quando corresponder a mais de 20% do território de um município.
- Ⓒ Observados os demais requisitos normativos, pessoas jurídicas estrangeiras podem adquirir imóveis rurais com qualquer finalidade, independentemente de seu objeto social.
- Ⓓ Os atos pertinentes à instituição de servidão ambiental não são passíveis de averbação no registro imobiliário.
- Ⓔ A averbação de reserva legal na matrícula do imóvel não desobriga o proprietário de fornecer aos órgãos ambientais informações sobre essa reserva.

Questão 13

Considerando a evolução histórica dos sistemas de registro de imóveis, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não é legalmente permitido abrir matrícula de imóvel sem todos os elementos de especialidade objetiva e subjetiva.
- Ⓑ A matrícula-mãe correspondente a um loteamento urbano deve ser encerrada depois de abertos todos os lotes.
- Ⓒ Não são inscritíveis no registro imobiliário atos que, sem relação direta com a situação jurídica de imóveis, não possam ser lançados nas matrículas.
- Ⓓ Segundo a doutrina, se um título for apontado apenas no livro de recepção de títulos, a data do apontamento não será determinante para a aferição dos requisitos de qualificação registral, de modo que alterações legislativas podem levar a posterior qualificação negativa.
- Ⓔ A inscrição do sistema anterior de registro imobiliário corresponde atualmente à averbação para constituição de ônus real.

Questão 14

De acordo com o Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado de Roraima (Provimento CGJ n.º 1/2017), aos reconhecidamente pobres será concedida isenção de pagamento de emolumentos referentes

- Ⓐ ao registro de sentença constitutiva de adoção.
- Ⓑ à opção de nacionalidade.
- Ⓒ ao registro de emancipações.
- Ⓓ à habilitação para o casamento.
- Ⓔ ao registro de conversão de união estável em casamento.

Questão 15

De acordo com o Provimento CGJ n.º 1/2017, quando, por qualquer motivo, o oficial de registro civil de pessoas naturais entender que não pode efetuar o registro, ele deverá

- Ⓐ reter o documento para o seu envio posterior ao Ministério Público.
- Ⓑ encaminhar o requerimento, com a devida ressalva, ao juiz da comarca.
- Ⓒ elaborar certidão de motivos de recusa e encaminhar cópia ao juiz corregedor.
- Ⓓ devolver o documento ao apresentante e comunicar o fato ao juiz corregedor.
- Ⓔ certificar a recusa no próprio requerimento ou dar nota explicativa sobre os motivos da recusa.

Questão 16

De acordo com o Provimento CGJ n.º 1/2017, é atribuição do oficial de registro civil que lavrar o registro de nascimento de criança nascida em área rural, sem assistência de qualquer profissional de saúde ou instituição que possa emitir a declaração de nascido vivo,

- Ⓐ requisitar a referida declaração a qualquer instituição de saúde, pública ou privada, desde que registrada em secretaria estadual de saúde.
- Ⓑ comunicar imediatamente o fato ao juiz da comarca.
- Ⓒ requerer a participação de um profissional da saúde no momento do registro.
- Ⓓ emitir a referida declaração sempre que haja demanda das secretarias estaduais e municipais de saúde para tal tanto.
- Ⓔ certificar o fato ao juiz corregedor.

Questão 17

Conforme disposto na Lei de Registros Públicos (Lei n.º 6.015/1973), após ter atingido a maioridade civil, a pessoa registrada que desejar alterar seu prenome

- Ⓐ poderá requerer, pessoalmente e imotivadamente, a alteração no registro civil, independentemente de decisão judicial.
- Ⓑ poderá apresentar o respectivo pedido no registro civil, desde que mediante motivação relevante.
- Ⓒ deverá requerer a alteração em juízo e apresentar motivação relevante.
- Ⓓ poderá requerer a alteração no registro civil, desde que representada por advogado constituído para esse fim.
- Ⓔ deverá requerer a alteração em juízo, independentemente de motivação.

Questão 18

Na celebração de um casamento em que um dos nubentes seja, de acordo com o texto do Provimento CGJ n.º 1/2017, “surdo-mudo que não puder exprimir sua vontade pela escrita”, este deve ser acompanhado de

- A** um tradutor e intérprete que domine a língua brasileira de sinais (LIBRAS).
- B** especialista que ateste sua condição de pessoa com deficiência.
- C** um tradutor e intérprete que domine a língua brasileira de sinais (LIBRAS) e de advogado, necessariamente.
- D** advogado, apenas.
- E** familiar que comprove sua impossibilidade de se expressar pela escrita.

Questão 19

No âmbito do estado de Roraima, a sentença judicial que decretar a tomada de decisão apoiada deverá, no registro civil de pessoas naturais, ser

- A** averbada na opção da nacionalidade.
- B** averbada no registro de nascimento.
- C** registrada como interdição.
- D** averbada em registro de emancipação.
- E** registrada como ato específico.

Questão 20

De acordo com o Provimento CGJ n.º 1/2017, para o registro dos atos constitutivos da fundação previdenciária, será necessária autorização

- A** somente do Ministério Público.
- B** somente da Superintendência de Seguros Privados.
- C** somente do órgão regulador e fiscalizador competente, vinculado ao Ministério da Previdência Social.
- D** do Ministério Público e do órgão regulador e fiscalizador competente, vinculado ao Ministério da Previdência Social.
- E** do Ministério Público e da Superintendência de Seguros Privados.

Questão 21

De acordo com a Lei de Registros Públicos (Lei n.º 6.015/1973), é atribuição do registro de títulos e documentos

- A** o registro das legitimações de posse.
- B** a transcrição do contrato de parceria agrícola ou pecuária.
- C** o registro do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria.
- D** a transcrição das cédulas de crédito industrial.
- E** a averbação das sentenças que, nos inventários, arrolamentos e partilhas, adjudicarem bens de raiz em pagamento das dívidas da herança.

Questão 22

Consoante a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015), é dever dos serviços notariais e de registro

- I** disponibilizar recursos, tanto humanos quanto tecnológicos, que garantam à pessoa com deficiência atendimento em igualdade de condições com as demais pessoas.
- II** dar à pessoa com deficiência acesso a informações e disponibilizar recursos de comunicação acessíveis.
- III** reconhecer a capacidade legal plena da pessoa com deficiência.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 23

A definição de imigrante prevista na Lei de Migração (Lei n.º 13.445/2017) abrange

- A** o apátrida, desde que necessariamente estabelecido de forma definitiva no Brasil.
- B** o nacional de outro país, desde que não seja apátrida.
- C** o nacional de outro país e o apátrida estabelecidos temporariamente no Brasil.
- D** o apátrida que esteja visitando o Brasil.
- E** o nacional de outro país que esteja visitando o Brasil.

Questão 24

À luz do disposto na Lei n.º 13.775/2018, assinale a opção correta acerca das duplicatas emitidas sob a forma escritural.

- A** Os sistemas eletrônicos de escrituração não divulgarão em seus extratos os nomes dos avalistas da duplicata.
- B** Não será admitida a inserção de endosso nos sistemas eletrônicos de escrituração.
- C** Qualquer meio de pagamento existente no âmbito do sistema de pagamentos brasileiro serve de prova de pagamento, total ou parcial, da duplicata emitida sob a forma escritural.
- D** Os sistemas eletrônicos de escrituração não divulgarão em seus extratos os nomes dos endossantes da duplicata.
- E** Para a emissão de uma duplicata em sistemas eletrônicos de escrituração, é indispensável a juntada de prova documental que comprove a entrega da mercadoria negociada.

Questão 25

Assinale a opção correta no que diz respeito ao contrato de administração fiduciária de garantias, inserido no Código Civil por meio da Lei n.º 14.711/2023.

- A** A execução da garantia por agente de garantia só poderá ser promovida por meio da via judicial.
- B** Qualquer garantia poderá ser constituída, levada a registro, gerida e ter a sua execução pleiteada por agente de garantia.
- C** O agente de garantia será designado por acordo entre as partes.
- D** Em uma execução, o agente de garantia atuará em nome dos credores da obrigação garantida.
- E** No contrato de crédito garantido, é vedada qualquer cláusula que afaste discussões sobre a existência, a validade ou a eficácia do ato jurídico do crédito garantido em desfavor do credor.

Questão 26

À luz do disposto na Constituição Federal de 1988 (CF) e do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), o mandado de injunção é cabível para

- Ⓐ questionar omissão estatal em legislar que impeça o exercício de direitos, liberdades ou prerrogativas constitucionais.
- Ⓑ questionar a insuficiência da regulamentação editada sobre norma constitucional de eficácia limitada.
- Ⓒ tratar da eficácia ou aplicação de legislação existente sobre norma constitucional de eficácia limitada.
- Ⓓ alterar lei existente, mesmo sem obrigação constitucional de legislar.
- Ⓔ suprir omissão legislativa decorrente de comando previsto em norma infraconstitucional de eficácia limitada, cuja aplicação seja inviabilizada.

Questão 27

De acordo com a jurisprudência do STF, nos estados e no Distrito Federal, a criação de órgão jurídico vinculado ao Poder Legislativo

- Ⓐ é constitucional, mesmo que lhe sejam atribuídas funções de representação judicial e extrajudicial do estado ou do Distrito Federal, devendo a escolha de sua chefia ser disciplinada por lei federal.
- Ⓑ é inconstitucional se lhe forem atribuídas funções de representação judicial e extrajudicial, competência exclusiva da procuradoria-geral, cuja chefia deve ser escolhida conforme os mesmos requisitos previstos para o cargo de advogado-geral da União.
- Ⓒ é constitucional, mesmo que lhe sejam atribuídas funções de representação judicial e extrajudicial do estado ou do Distrito Federal, sendo a escolha da sua chefia matéria de competência do poder constituinte decorrente, em respeito à autonomia dos entes federativos.
- Ⓓ é constitucional, mesmo que lhe sejam atribuídas funções de representação judicial e extrajudicial do estado ou do Distrito Federal, devendo a escolha de sua chefia obedecer aos mesmos requisitos previstos para o cargo de advogado-geral da União.
- Ⓔ é inconstitucional se lhe forem atribuídas funções de representação judicial e extrajudicial, competência exclusiva da procuradoria-geral, sendo a escolha da sua chefia matéria de competência do poder constituinte decorrente, em respeito à autonomia dos entes federativos.

Questão 28

Na hipótese de se questionar, durante a tramitação de uma proposta de emenda à Constituição Federal (PEC), a existência de instrumento processual apto a sustar sua tramitação, o STF entende que

- Ⓐ não há instrumento processual cabível para tanto.
- Ⓑ é cabível a propositura de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) por qualquer dos legitimados previstos na CF.
- Ⓒ cabe a propositura de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) apenas por parlamentar.
- Ⓓ é cabível a impetração de mandado de segurança por qualquer cidadão.
- Ⓔ cabe a impetração de mandado de segurança exclusivamente por parlamentar.

Questão 29

Ao julgar procedente uma ADI, determinado tribunal de justiça estadual declarou inconstitucional uma lei municipal, com fundamento em vício formal.

Nessa situação hipotética, de acordo com a jurisprudência do STF, contra a referida decisão

- Ⓐ é cabível apenas recurso extraordinário ao STF, mesmo que o parâmetro de controle não seja norma da Constituição Federal de reprodução obrigatória constante da constituição estadual.
- Ⓑ são cabíveis simultaneamente recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e recurso extraordinário ao STF, mesmo que, quanto a este último, o parâmetro de controle não seja norma da Constituição Federal de reprodução obrigatória constante da constituição estadual.
- Ⓒ cabe apenas recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- Ⓓ não cabe recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) nem cabe recurso extraordinário ao STF, pois a decisão proferida pelo tribunal de justiça, no exercício do controle concentrado de constitucionalidade, é irrecorrível.
- Ⓔ é cabível recurso extraordinário ao STF apenas se o parâmetro de controle for norma da Constituição Federal de reprodução obrigatória pelas constituições estaduais, e desde que se alegue violação à norma de repetição obrigatória constante na constituição estadual.

Questão 30

Segundo o STF, o exercício do controle jurisdicional quanto à interpretação do sentido e do alcance de normas meramente regimentais das casas legislativas é

- Ⓐ admitido, desde que caracterizado o desrespeito a normas legais ou constitucionais.
- Ⓑ vedado por expressa disposição constitucional.
- Ⓒ admitido, desde que caracterizado o desrespeito a normas constitucionais.
- Ⓓ vedado, por constituir matéria *interna corporis*.
- Ⓔ admitido sempre que houver lesão ou ameaça a direito.

Questão 31

De acordo com a Constituição do Estado de Roraima, quando o tribunal de justiça aprecia a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo estadual ou municipal, o órgão deve citar previamente

- Ⓐ o procurador-geral do estado, o procurador-geral da assembleia legislativa, o procurador-geral do município ou o procurador-geral da câmara municipal, conforme o caso.
- Ⓑ o advogado-geral da União.
- Ⓒ o procurador-geral de justiça.
- Ⓓ o procurador-geral do estado, invariavelmente.
- Ⓔ o defensor público-geral.

Questão 32

Segundo a Constituição do Estado de Roraima, uma vez reconhecida a inconstitucionalidade por omissão de medida, para tornar efetiva norma da Constituição estadual, a decisão deverá ser comunicada ao

- A** poder competente, apenas, para a adoção das providências necessárias à prática do ato ou ao início do processo legislativo, sem fixação de prazo.
- B** poder competente, para a adoção das providências necessárias à prática do ato ou ao início do processo legislativo e, em se tratando de órgão administrativo, para que emita o ato em 30 dias, sob pena de responsabilidade.
- C** poder competente ou órgão administrativo, para que a edite em 60 dias, sob pena de responsabilidade.
- D** poder competente ou órgão administrativo, para que edite a norma em 30 dias, sob pena de responsabilidade.
- E** poder competente ou órgão administrativo, para a adoção das providências necessárias à prática do ato ou ao início do processo legislativo, sem fixação de prazo.

Questão 33

Segundo entendimento do STF, o *habeas corpus* é cabível para

- A** questionar a imposição de medida cautelar de afastamento de cargo público.
- B** trancar a ação penal, com base no reconhecimento da atipicidade da conduta, desde que perceptível de plano.
- C** solicitar a adoção de diligências em procedimento administrativo destinado a apurar se o paciente integra organização criminosa.
- D** reconhecer a ausência de indícios de autoria e materialidade quando houver necessidade de análise aprofundada do conjunto probatório.
- E** impugnar a suspensão dos direitos políticos.

Questão 34

Consoante o entendimento do STF acerca da remuneração dos membros do Ministério Público,

- A** é permitida a percepção de gratificações apenas por funções de confiança, desde que respeitado o teto constitucional e sem possibilidade de acumulação.
- B** é permitida a percepção de gratificações apenas pelo exercício de cargos em comissão, devendo ser respeitado o teto remuneratório constitucional, vedada a acumulação de subsídios com outras parcelas remuneratórias fora desses limites.
- C** é vedada a percepção de gratificações decorrentes do exercício de cargos em comissão ou funções de confiança, em razão da adoção do regime de subsídio.
- D** é permitida a percepção de gratificações por cargos em comissão ou funções de confiança, desde que respeitado o teto constitucional e sem possibilidade de acumulação.
- E** é permitida a percepção de gratificações por cargos em comissão ou funções de confiança, mesmo que ultrapassem o teto constitucional, por ser admitida a acumulação.

Questão 35

De acordo com o STF, a cláusula de edital de concurso público que restrinja a participação de candidato pelo fato de ele responder a inquérito ou ação penal é

- A** ilegítima, por violar o princípio da moralidade administrativa.
- B** legítima, desde que haja previsão constitucional adequada, ainda que não seja instituída por lei.
- C** legítima, desde que haja previsão legal adequada, ainda que não haja previsão constitucional.
- D** legítima, desde que haja previsão constitucional adequada e instituída por lei.
- E** ilegítima, em caráter absoluto, por violar o princípio da presunção de inocência.

Questão 36

Assinale a opção em que é corretamente apresentado, nos termos da Lei n.º 13.019/2014, o instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que, propostas pela administração pública, envolvam a transferência de recursos financeiros.

- A** acordo de cooperação
- B** acordo de colaboração
- C** convênio de fomento
- D** termo de fomento
- E** termo de colaboração

Questão 37

Na Lei n.º 8.429/1992, consta expressamente que, para a aplicação das sanções nela previstas, de forma isolada ou cumulativa, a sentença judicial por ato de improbidade administrativa deverá considerar dois princípios. Assinale a opção em que esses dois princípios são corretamente apresentados.

- A** razoabilidade e impessoalidade
- B** legalidade e proporcionalidade
- C** impessoalidade e eficiência
- D** eficiência e legalidade
- E** proporcionalidade e razoabilidade

Questão 38

Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o edital de licitação poderá, na forma disposta em regulamento, exigir que percentual mínimo da mão de obra responsável pela execução do objeto da contratação seja constituído por

- A** mulheres vítimas de violência doméstica e por pessoas com deficiência.
- B** mulheres vítimas de violência doméstica e por oriundos do sistema prisional.
- C** oriundos do sistema prisional e por pessoas com deficiência.
- D** mulheres vítimas de violência doméstica e por pessoas em situação de rua.
- E** egressos do sistema prisional e por pessoas em situação de rua.

Questão 39

A Súmula n.º 346 do STF, segundo a qual a administração pública pode declarar a nulidade de seus próprios atos, consagra o princípio administrativo da

- A** autotutela.
- B** proteção à confiança.
- C** continuidade dos serviços públicos.
- D** supremacia do interesse público.
- E** indisponibilidade.

Questão 40

Consoante o disposto na Lei Complementar n.º 53/2001 do estado de Roraima, no exercício da função, conforme a situação, a conduta omissiva pode configurar

- I assédio moral.
- II assédio sexual.
- III discriminação.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item II está certo.
- B Apenas o item III está certo.
- C Apenas os itens I e II estão certos.
- D Apenas os itens I e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 41

O recurso administrativo interposto perante autoridade de outro órgão que não integra a mesma hierarquia daquele que o proferiu é denominado

- A representação administrativa.
- B recurso hierárquico próprio.
- C pedido de reconsideração.
- D reclamação administrativa.
- E recurso hierárquico impróprio.

Questão 42

Em determinada secretaria de Estado, estão em curso três processos administrativos, e a administração pública pretende designar o servidor público Daniel para atuar em um deles. No processo A, a companheira de Daniel atua como testemunha; no processo B, a esposa do tio de Daniel atua como perita; e no processo C, o primo de Daniel atua como perito.

Nessa situação hipotética, o referido servidor poderá ser designado, sem impedimento legal, para atuar

- A em qualquer um dos três processos.
- B nos processos A e B, somente.
- C nos processos B e C, somente.
- D apenas no processo B.
- E apenas no processo C.

Questão 43

A designação do substituto mais antigo para responder interinamente pelo expediente de determinada serventia extrajudicial poderá recair sobre pessoa que tenha sido condenada em decisão com trânsito em julgado pela prática de crime

- A contra o patrimônio.
- B hediondo.
- C contra a administração pública.
- D contra a incolumidade pública.
- E contra a fé pública.

Questão 44

No âmbito da evolução histórica das teorias relativas à responsabilidade civil do Estado, a teoria da culpa administrativa foi consagrada por

- A León Duguit, que considerava que a falta do serviço poderia consumir-se pelo mau funcionamento do serviço.
- B Louis Rolland, segundo o qual a falta do serviço poderia ser confirmada pelo mau funcionamento do serviço.
- C Paul Duez, que considerava que a falta do serviço poderia consumir-se pelo retardamento do serviço.
- D Maurice Hauriou, que considerava que a falta do serviço poderia ser confirmada pela inexistência do serviço.
- E León Duguit, segundo o qual a falta do serviço poderia ser consumada pela inexistência do serviço.

Questão 45

Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, é atribuição do corregedor-geral de justiça

- A decidir sobre demandas dos usuários relacionadas à defesa da ética, da transparência, da eficiência da prestação do serviço público.
- B requisitar as dotações orçamentárias destinadas ao custeio das atividades do Poder Judiciário e dos serviços auxiliares da justiça.
- C expedir atos administrativos relativos aos juízes e auxiliares da justiça, em exercício ou inativos.
- D acompanhar e fiscalizar a disponibilização de canais de comunicação com o público nos portais das unidades judiciárias.
- E promover, constituir e manter bancos de dados, integrados a banco de dados central do tribunal de justiça, atualizados sobre os serviços extrajudiciais.

Questão 46

Assinale a opção correta a respeito do Sistema Tributário Nacional.

- A O imposto sobre bens e serviços e a contribuição sobre bens e serviços observarão as mesmas regras a respeito dos regimes diferenciados de tributação.
- B As alterações na legislação tributária buscam atenuar efeitos progressivos, visando à manutenção ou redução da carga tributária atual.
- C No âmbito da reforma tributária, o tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte demanda que as condições de enquadramento sejam nacionalmente unificadas.
- D A reforma tributária alterou disposição da CF e passou a prever, expressamente, a possibilidade de leis ordinárias estaduais estabelecerem critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência conferida à União, por lei ordinária, de estabelecer normas de igual objetivo.
- E Cabe a lei complementar instituir os impostos discriminados no texto constitucional, por meio da previsão dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.

Questão 47

A União Federal, por meio da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, postulou a penhora no rosto dos autos de execução fiscal promovida pelo estado de Roraima, tendo justificado o pedido na necessidade de garantir sua preferência em relação ao produto da arrematação de imóvel leiloado no processo, ao fundamento de que seu crédito prefere ao do estado.

Em relação a esse contexto, assinale a opção correta com base na jurisprudência do STF.

- Ⓐ A definição de hierarquia na cobrança judicial dos créditos da dívida pública da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios cumpre o princípio federativo segundo o qual à União compete reduzir as desigualdades sociais regionais e setoriais.
- Ⓑ A pretensão da fazenda nacional pode ser deferida por atender ao princípio do federalismo de cooperação, segundo o qual os entes tributantes devem compartilhar as bases de dados de natureza cadastral e patrimonial de seus administrados e supervisionados.
- Ⓒ Na cobrança do crédito tributário, União e municípios concorrem em igualdade de condições.
- Ⓓ O pedido da fazenda nacional pode ser deferido desde que ainda não tenha sido expedida a carta de arrematação.
- Ⓔ A União tem preferência em relação aos estados e aos municípios na cobrança do crédito tributário, em razão de ela partilhar, com os demais, o produto da arrecadação dos seus impostos.

Questão 48

De acordo com o que dispõe a CF acerca dos impostos, assinale a opção correta, considerando o entendimento jurisprudencial do STJ.

- Ⓐ A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não podendo o valor da operação informada pelo contribuinte, que goza de presunção relativa de veracidade, ser inferior ao valor venal do imóvel.
- Ⓑ A base de cálculo do IPTU poderá ser atualizada pelo Poder Executivo conforme critérios estabelecidos em decreto municipal.
- Ⓒ A Emenda Constitucional n.º 132/2023, que promoveu a reforma tributária do consumo, estabelece a redução gradual do IPI, que restará extinto até 2027.
- Ⓓ Compete aos municípios a instituição de imposto incidente sobre transmissão *causa mortis* de bens imóveis.
- Ⓔ Em relação ao ISS, cabe a lei complementar excluir de seu âmbito de incidência exportações de serviços para o exterior.

Questão 49

Assinale a opção correta no que diz respeito à sujeição passiva dos cartórios e notariais, na qualidade de contribuinte ou responsável, à luz da jurisprudência dominante dos tribunais superiores.

- Ⓐ Por serem os cartórios equiparados a empresa pela legislação específica do tributo, os cartórios e notariais são sujeitos passivos da contribuição do empregador devida à previdência social, na categoria contribuinte facultativo.
- Ⓑ Por serem os cartórios equiparados a empresa pela legislação específica do tributo, os cartórios e notariais são sujeitos passivos da obrigação de depositar, mensalmente, em conta vinculada do trabalhador, o valor destinado ao FGTS.
- Ⓒ Os valores pagos pelos serviços notariais e de registro têm natureza jurídica de taxa, e não de remuneração, razão por que sobre esses valores não incide a contribuição a cargo da empresa ou equiparada à empresa — cota patronal da contribuição previdenciária.
- Ⓓ Por serem os cartórios equiparados a empresa pela legislação específica do tributo, os cartórios e notariais são sujeitos passivos da contribuição ao salário-educação.
- Ⓔ Os serviços de registros públicos, cartórios e notariais são infensos ao pagamento de imposto sobre serviços.

Questão 50

Acerca da legislação tributária, assinale a opção correta.

- Ⓐ A legislação tributária legitima a dispensa do pagamento do tributo com base na equidade.
- Ⓑ A lei tributária não pode alterar a definição e o alcance de conceitos de direito privado utilizados pela legislação civil, como prescrição e decadência.
- Ⓒ Interpreta-se literalmente a legislação tributária que dispense o cumprimento de obrigações tributárias principais, como a isenção e a anistia, não se aplicando, todavia, a mesma regra às obrigações tributárias acessórias.
- Ⓓ As práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas são consideradas normas complementares das leis, dos tratados, das convenções internacionais e dos decretos sobre os quais se fundem.
- Ⓔ A lei tributária aplica-se a ato ou fato pretérito caso seja expressamente interpretativa, inclusive em relação à penalidade imposta em decorrência do dispositivo interpretado.

Questão 51

Sujeita-se ao registro obrigatório junto ao registro público

- I o casamento civil.
- II o casamento religioso.
- III a união estável.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 52

A existência legal das sociedades anônimas inicia-se

- Ⓐ a partir da obtenção do seu cadastro nacional de pessoa jurídica junto ao Ministério da Fazenda.
- Ⓑ com a inscrição do seu ato constitutivo na junta comercial.
- Ⓒ com o seu registro no cartório de registro civil das pessoas jurídicas da localidade onde a sociedade é sediada.
- Ⓓ a partir do início das suas atividades empresariais, independentemente de registro junto aos órgãos públicos.
- Ⓔ a partir da inscrição do seu contrato social no Ministério do Trabalho e Emprego.

Questão 53

Caso um bem imóvel seja alienado em evidente fraude contra credores, a alienação é considerada

- Ⓐ nula de pleno direito, e a declaração de nulidade depende de requerimento firmado perante a autoridade judicial apenas pelos credores que possuam garantia real sobre o imóvel alienado.
- Ⓑ nula de pleno direito, e a declaração de nulidade depende de requerimento firmado perante a autoridade judicial apenas pelos credores quirografários do devedor.
- Ⓒ anulável, e a declaração de anulabilidade independe de requerimento firmado perante a autoridade judicial, podendo ser conhecida de ofício pelo juiz.
- Ⓓ anulável e depende de requerimento de qualquer credor quirografário do devedor.
- Ⓔ nula de pleno direito, e a declaração de nulidade depende de requerimento firmado perante a autoridade judicial por qualquer credor do devedor.

Questão 54

Dois indivíduos envolveram-se em uma situação jurídica, não havendo previsão legal acerca do prazo prescricional.

Nessa situação, os fatos decorrentes dessa relação jurídica

- Ⓐ são imprescritíveis.
- Ⓑ prescrevem em três anos.
- Ⓒ prescrevem em cinco anos.
- Ⓓ prescrevem em dez anos.
- Ⓔ prescrevem em vinte anos.

Questão 55

Dois fazendeiros formalizaram um contrato em que um deles se obrigou a cumprir obrigações alternativas, cabendo a escolha ao credor.

Nesse caso, se o devedor não puder cumprir qualquer das obrigações pactuadas por motivos alheios à sua vontade, o credor

- Ⓐ poderá optar pelo cumprimento de uma obrigação diversa das pactuadas, desde que o valor seja equivalente a qualquer das obrigações contratadas, sem direito a indenização por perdas e danos.
- Ⓑ não poderá reclamar o valor da obrigação.
- Ⓒ poderá reclamar o valor de qualquer das duas obrigações, além de indenização por perdas e danos.
- Ⓓ poderá exigir o cumprimento de uma obrigação diversa das pactuadas, desde que o valor seja equivalente ao da obrigação de maior valor objeto do contrato, além de indenização por perdas e danos.
- Ⓔ poderá reclamar o valor da maior obrigação, sem direito a indenização por perdas e danos.

Questão 56

Carlos, proprietário de um imóvel urbano, após tomar conhecimento de que este deveria ser demolido em decorrência de graves problemas estruturais, anunciou a sua venda. Desconhecendo a situação, João adquiriu o imóvel pelo valor de R\$ 500 mil. Seis meses após a tradição, João foi notificado pela defesa civil de que o imóvel deveria ser demolido.

Nesse caso hipotético, João

- Ⓐ poderá optar por permanecer com o imóvel e reclamar o abatimento no preço, mas não poderá exigir a rescisão do contrato e a restituição, com perdas e danos, dos valores pagos.
- Ⓑ não poderá exigir a rescisão do contrato nem reparação por perdas e danos, em decorrência do transcurso do prazo decadencial.
- Ⓒ não poderá exigir a rescisão do contrato em decorrência do transcurso do prazo decadencial, mas poderá exigir a reparação dos danos por ele sofridos.
- Ⓓ poderá exigir a rescisão do contrato com a restituição dos valores pagos, entretanto, em decorrência do transcurso do prazo decadencial, não poderá exigir indenização por outros eventuais danos sofridos.
- Ⓔ poderá exigir a rescisão do contrato e a restituição dos valores pagos, com perdas e danos, ou optar por permanecer com o imóvel e reclamar o abatimento no preço.

Questão 57

Em decorrência de uma obrigação de pagar quantia certa, Clotilde emitiu nota promissória em favor da empresa X. Todavia, a emitente não anotou, no referido documento, a data de vencimento da obrigação nem o lugar de seu pagamento.

Nesse caso, a nota promissória

- Ⓐ é válida de pleno direito, mas não poderá ser objeto de endosso.
- Ⓑ é válida desde que a própria emitente anote no documento a data do vencimento e o lugar do pagamento.
- Ⓒ não tem validade como título de crédito.
- Ⓓ é válida de pleno direito, sendo considerada uma obrigação à vista, e o lugar do pagamento é o domicílio do emitente.
- Ⓔ é válida de pleno direito, mas não poderá ser avalizada pelo beneficiário do título.

Questão 58

Francisco trabalhou como caseiro em uma chácara pertencente a Haroldo por oito anos, quando seu contrato de trabalho foi rescindido imotivadamente. Mesmo diante da rescisão contratual, Francisco e sua família continuaram residindo no imóvel, sem oposição de Haroldo. Passado mais de um ano, Haroldo exigiu a desocupação do imóvel para abrigar o novo caseiro, recém-contratado. Francisco ingressou na justiça com pedido de manutenção de posse, objetivando permanecer no imóvel.

Nessa situação hipotética, Francisco

- Ⓐ faz jus à proteção possessória, mas terá de retificar a ação proposta, já que a medida judicial adequada é a ação de interdito proibitório.
- Ⓑ faz jus à proteção possessória e terá direito de obter liminar para suspender ameaças de turbação ou esbulho.
- Ⓒ faz jus à proteção possessória, mas, se a qualquer tempo Haroldo fizer prova da sua propriedade mediante certidão expedida pelo cartório de registro de imóvel, a ação possessória deverá ser julgada improcedente.
- Ⓓ não faz jus à proteção possessória.
- Ⓔ faz jus à proteção possessória, mas não poderá obter liminar para suspender ameaças de turbação ou esbulho.

Questão 59

Paulo, proprietário de um imóvel situado em zona rural de determinado município, mora no exterior há mais de vinte anos, tendo abandonado, desde então, a propriedade, sem a intenção de tê-la como sua; ele, inclusive, não recolheu os respectivos tributos durante esse período. Embora Paulo tenha filhos que moram no Brasil, todos capazes, o imóvel ficou vago durante todo esse período.

Nesse caso hipotético,

- Ⓐ o município onde está localizado o imóvel poderá arrecadá-lo, adquirindo a sua propriedade, desde que comprove o abandono material da propriedade mediante escritura declaratória.
- Ⓑ Paulo não perderá a propriedade nessas circunstâncias, visto que ninguém exerceu a posse do imóvel no período mencionado.
- Ⓒ o imóvel poderá ser objeto de arrecadação civil desde que os filhos de Paulo desistam da propriedade mediante termo declaratório.
- Ⓓ a União poderá arrecadar o imóvel, adquirindo a sua propriedade.
- Ⓔ o estado onde está localizado o imóvel poderá arrecadá-lo, adquirindo a sua propriedade, desde que qualquer dos filhos de Paulo não promova a sua arrecadação antes.

Questão 60

João é proprietário de um apartamento e, em decorrência de contrato firmado com uma instituição financeira, deu o imóvel em garantia hipotecária, momento em que foi realizado o respectivo registro no cartório competente. No contrato ficou estipulado que o credor poderia ficar com o imóvel se a dívida não fosse paga no vencimento, bem como que o devedor não poderia alienar o imóvel enquanto não quitasse a dívida, e, caso isso acontecesse, ocorreria vencimento antecipado do crédito hipotecário.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- Ⓐ É anulável a cláusula que proíbe o credor de ficar com o imóvel se a dívida não for paga no vencimento, e nulas a que proíbe o devedor de alienar o imóvel enquanto não quitar a dívida e a que autoriza o vencimento antecipado do crédito hipotecário em caso de alienação do imóvel dado em garantia.
- Ⓑ São válidas as cláusulas que proíbem o credor de ficar com o imóvel se a dívida não for paga no vencimento e o devedor de alienar o imóvel enquanto não quitar a dívida, e nula a que autoriza o vencimento antecipado do crédito hipotecário em caso de alienação do imóvel dado em garantia.
- Ⓒ É válida a cláusula que proíbe o devedor de alienar o imóvel enquanto não quitar a dívida, e nulas a que proíbe o credor de ficar com o imóvel se a dívida não for paga no vencimento e a que autoriza o vencimento antecipado do crédito hipotecário em caso de alienação do imóvel dado em garantia.
- Ⓓ São nulas a cláusula que proíbe o credor de ficar com o imóvel se a dívida não for paga no vencimento e a que proíbe o devedor de alienar o imóvel enquanto não quitar a dívida, sendo válida a que autoriza o vencimento antecipado do crédito hipotecário em caso de alienação do imóvel dado em garantia.
- Ⓔ É válida a cláusula que proíbe o credor de ficar com o imóvel se a dívida não for paga no vencimento, e nulas a que proíbe o devedor de alienar o imóvel enquanto não quitar a dívida e a que autoriza o vencimento antecipado do crédito hipotecário em caso de alienação do imóvel dado em garantia.

Questão 61

Bruno e Laura firmaram contrato de locação de imóvel no qual era prevista aplicação de multa no valor de três vezes o valor da locação em caso de descumprimento de qualquer cláusula contratual. O contrato foi prorrogado e passou a vigorar por tempo indeterminado. O locador, Bruno, resolveu vender o imóvel e, para tanto, notificou sua intenção à inquilina para que ela exercesse o seu direito de preferência. Laura não se pronunciou e Bruno vendeu o imóvel a Vilma. Imediatamente após a aquisição, Vilma solicitou por *email* que Laura desocupasse o imóvel no prazo de trinta dias.

Nesse caso hipotético,

- Ⓐ se a notificação de desocupação do imóvel tivesse sido feita pelo antigo proprietário, a inquilina estaria obrigada a desocupar o imóvel no prazo concedido, não tendo direito de exigir o pagamento de multa por descumprimento de cláusula contratual.
- Ⓑ a inquilina está obrigada a desocupar o imóvel no prazo concedido, tendo, nesse caso, o novo proprietário do imóvel o dever de pagar multa por descumprimento de cláusula contratual.
- Ⓒ a inquilina está obrigada a desocupar o imóvel no prazo concedido e, caso não o faça, deverá pagar multa por descumprimento de cláusula contratual.
- Ⓓ a inquilina não está obrigada a desocupar o imóvel no prazo concedido, e sua permanência no imóvel não enseja a obrigação de pagar multa por descumprimento de cláusula contratual.
- Ⓔ se a notificação de desocupação do imóvel tivesse sido feita pelo antigo proprietário, a inquilina estaria obrigada a desocupar o imóvel no prazo concedido, tendo o direito de exigir o pagamento de multa por descumprimento de cláusula contratual.

Questão 62

Carlos, com setenta e oito anos de idade, recebe aposentadoria por tempo de contribuição do INSS e atualmente está gravemente enfermo, sem condição de locomoção. Recentemente ele recebeu comunicação do INSS para comparecer ao órgão no prazo máximo de trinta dias, para realizar prova de vida, sob pena de suspensão do seu benefício.

Nesse caso, Carlos

- Ⓐ poderá exigir a suspensão da prova de vida por prazo indeterminado, mediante a comprovação do seu estado de saúde.
- Ⓑ poderá exigir do poder público um veículo apropriado, capaz de transportá-lo até o INSS.
- Ⓒ poderá exigir que o INSS utilize os meios necessários para cumprir, em sua residência, a diligência desejada.
- Ⓓ terá de constituir procurador para fazer-se representar junto ao INSS.
- Ⓔ poderá contratar veículo particular para transportá-lo até o referido órgão, fazendo jus à restituição do valor pago pelo transporte.

Questão 63

No que se refere ao regime de bens adotado no casamento, julgue os itens a seguir.

- I Para o casamento em que um dos nubentes dependa de suprimimento judicial para casar, será adotado o regime de separação de bens.
- II A definição do regime patrimonial adotado para o casamento será feita pelos nubentes no momento da habilitação para o casamento, quando, então, será reduzida a termo a escolha que melhor lhes aprouver.
- III No casamento cujo regime patrimonial seja o de comunhão parcial de bens, um dos cônjuges não pode prestar fiança sem o consentimento do outro, salvo se, em caso de recusa injusta, houver suprimimento de outorga judicial.
- IV No regime de comunhão parcial, não integram o patrimônio comum do casal os bens que, embora adquiridos na constância do casamento, tenham sido objeto de sub-rogação de outros adquiridos por sucessão.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

Questão 64

Julgue os seguintes itens, que se referem aos registros públicos.

- I As certidões lavradas pelos registros civis de pessoas naturais não poderão conter informações relacionadas ao estado civil das pessoas, à filiação, ao regime patrimonial de casamento ou informações que digam respeito à intimidade das pessoas, salvo mediante autorização judicial.
- II Caso a residência de uma mulher seja diferente do local em que ela tenha dado à luz, o oficial do registro civil poderá anotar como naturalidade da criança o município em que ocorreu o seu nascimento ou o município da residência da mãe, se ambos forem localizados no Brasil, cabendo a opção, nesse caso, ao declarante no ato do registro do nascimento.
- III Se houver motivo justificável, o enteado poderá requerer ao oficial de registro civil a averbação, no seu registro de nascimento, do nome de família do padrasto, desde que sob expressa concordância deste.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 65

Julgue os próximos itens, relativos à sucessão.

- I Podem suceder pela via da sucessão testamentária os filhos ainda não concebidos de pessoas indicadas pelo testador, desde que estas estejam vivas no momento da abertura da sucessão.
- II A aceitação da herança pode ocorrer por meio da simples habilitação ao quinhão hereditário por aquele que o aceita, mas sua renúncia deve constar de instrumento público ou termo judicial.
- III O prazo decadencial para a exclusão do herdeiro por ato de indignidade é de dez anos, contados do pedido de abertura do inventário.
- IV O herdeiro excluído do inventário poderá demandar, por meio de ação de petição de herança, o reconhecimento do seu direito sucessório para obter a restituição da sua parte ou até mesmo de toda a herança.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 66

Assinale a opção correta em relação à arbitragem.

- A Proferida a sentença arbitral, esgota-se a jurisdição do árbitro, não sendo cabível, em regra, recurso ou pedido de esclarecimento.
- B Compete ao árbitro decidir sobre sua própria competência.
- C A arbitragem é instituída com a nomeação do árbitro.
- D O efeito positivo da convenção de arbitragem consiste na exclusão da jurisdição estatal.
- E Em relação ao objeto do compromisso arbitral, o árbitro é juiz de fato, mas não de direito.

Questão 67

Em uma execução de título executivo extrajudicial, o exequente pediu a desconconsideração da personalidade jurídica da executada para atingir o patrimônio dos sócios. Durante a tramitação do incidente, um dos sócios alienou imóvel de sua propriedade para terceiro de boa-fé.

Considerando a situação hipotética apresentada e a normativa relativa ao incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

- A Na hipótese de desconconsideração inversa, o procedimento é o mesmo da desconconsideração tradicional, mas a citação deve abranger todos os sócios da pessoa jurídica, ainda que o requerimento seja direcionado apenas a um deles.
- B A alienação do imóvel pelo sócio será considerada fraude à execução apenas se acolhido o pedido de desconconsideração, retroagindo os efeitos da decisão ao momento da instauração do incidente para fins de ineficácia do negócio jurídico.
- C O requerimento do incidente deve demonstrar o preenchimento dos requisitos legais para desconconsideração, sendo dispensável tal demonstração quando se tratar de execução fiscal, em razão da presunção de interesse público na cobrança de créditos tributários.
- D Sendo o incidente julgado procedente em primeiro grau, o recurso de agravo de instrumento interposto pelo sócio terá efeito suspensivo automático para impedir atos executivos contra seu patrimônio até o julgamento do recurso.
- E A instauração do incidente suspende a execução, mas não impede a prática de atos executivos urgentes, como penhora de bens da pessoa jurídica executada, desde que requeridos antes da citação do sócio.

Questão 68

Em um contrato de distribuição, as partes incluíram cláusulas estabelecendo que, em eventual litígio, (i) o prazo para contestação seria de 30 dias; (ii) seria dispensado o dever de motivação das decisões interlocutórias; (iii) o juiz estaria impedido de aplicar sanções por litigância de má-fé; e (iv) a competência seria do foro de eleição previamente pactuado.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta acerca da validade jurídica da convenção pré-processual.

- A** As cláusulas (i), (ii) e (iii) são válidas por envolverem situações atípicas; já a cláusula (iv) é inválida por mencionar situação típica e que possui forma específica.
- B** Apenas a cláusula (iv) é válida, constituindo negócio jurídico típico já previsto no ordenamento, enquanto as demais envolvem fatos atípicos e inválidos.
- C** Apenas as cláusulas (i) e (iv) são válidas; as demais violam garantias constitucionais do processo e envolvem situações jurídicas não titularizadas pelas partes.
- D** Todas as cláusulas enumeradas são válidas, pois o Código de Processo Civil (CPC) confere ampla liberdade às partes para estipular mudanças procedimentais no que se refere a situações jurídico-processuais.
- E** Todas as cláusulas enumeradas são inválidas, pois convenções pré-processuais só podem ser celebradas mediante instrumento contratual separado do contrato principal.

Espaço livre

Questão 69

Renomado escritório de advocacia representa empresa de tecnologia em duas situações distintas: (i) cobrança de R\$ 500.000 decorrente de contrato de licenciamento de *software* inadimplido há 6 meses, com prova documental robusta, contendo o contrato cláusula de eleição de foro para São Paulo – SP e convenção de calendarização processual que estabelece prazos diferenciados; (ii) ação declaratória de inexistência de débito tributário no valor de R\$ 2.000.000, existindo jurisprudência consolidada do STJ favorável à tese da empresa, contra a qual a fazenda pública costuma recorrer sistematicamente.

O sócio sênior, analisando a estratégia processual mais eficiente, com análise dos custos, do tempo de tramitação e das peculiaridades de cada caso, consultou a equipe sobre as implicações da escolha procedimental. A empresa-cliente manifestou interesse em eventual acordo apenas na situação descrita em (i), tendo manifestado absoluta convicção da correção de sua posição jurídica em relação à situação descrita em (ii).

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta em relação à análise jurídica procedente de acordo com o sistema processual civil vigente, os negócios jurídico-processuais, as regras sobre audiência de conciliação/mediação e a estratégia processual adequada.

- A** Na situação especificada em (i), a opção pela ação monitória permite aplicar a convenção de calendarização e suprimir a audiência inaugural, otimizando o tempo processual; já na situação especificada em (ii), a jurisprudência consolidada do STJ autoriza o pedido de improcedência liminar do pedido da fazenda, dispensando a audiência de conciliação.
- B** Na situação descrita em (i), a ação monitória é inadequada por envolver valor superior a 40 salários mínimos, sendo obrigatório o procedimento comum com audiência de conciliação; já na situação descrita em (ii), a improcedência liminar é impossível contra a fazenda pública, impondo-se a audiência de mediação.
- C** Na situação descrita em (i), a eleição de foro combinada com a ação monitória gera conflito de competência que impede a aplicação das convenções processuais; na situação descrita em (ii), a existência de jurisprudência consolidada constitui óbice à designação de audiência de conciliação.
- D** Em ambas as situações, a cláusula de eleição de foro constitui negócio jurídico-processual que afasta a competência absoluta, mas a audiência de conciliação/mediação permanece obrigatória por se tratar de direitos patrimoniais disponíveis.
- E** Na situação especificada em (i), a convenção de calendarização somente produz efeitos no procedimento comum; na situação especificada em (ii), é vedada a autocomposição, em razão da indisponibilidade inerente aos direitos tributários.

Questão 70

Carlos ajuizou ação de usucapião pelo procedimento comum, cumulando pedido de indenização por benfeitorias realizadas no imóvel. Durante a instrução, o juiz verificou que seria necessário realizar citação por edital de eventuais interessados incertos, procedimento típico das ações de demarcação.

Em relação à situação hipotética apresentada, assinale a opção correta com base na teoria geral dos procedimentos especiais e nas possibilidades de flexibilização procedimental.

- Ⓐ A citação por edital somente é cabível nos procedimentos especiais taxativamente previstos em lei, sendo vedada sua aplicação analógica.
- Ⓑ O procedimento deve ser convertido obrigatoriamente para o rito especial da ação de usucapião.
- Ⓒ A flexibilização só seria possível mediante convenção das partes, sendo vedada a iniciativa judicial.
- Ⓓ O juiz não pode importar técnicas de procedimentos especiais para o rito comum, pois tal ação violaria o princípio da legalidade das formas procedimentais.
- Ⓔ É possível a cumulação de pedidos a que correspondam procedimentos distintos, desde que empregado o procedimento comum, o que permite ao juiz importar a técnica da citação editalícia, desde que não comprometa a estrutura do rito comum.

Questão 71

Considerando que um indivíduo tenha sido denunciado pela prática de crime previsto em lei penal incriminadora decorrente de conversão de medida provisória editada pelo presidente da República, assinale a opção correta com base nos princípios penais constitucionais.

- Ⓐ A CF autoriza expressamente a edição de medida provisória sobre matéria penal, desde que não afete normas de direito penal militar.
- Ⓑ A medida provisória pode criar crime e cominar pena, desde que seja posteriormente convertida em lei pelo Congresso Nacional.
- Ⓒ A criação de tipos penais por medida provisória é válida, pois a CF confere força de lei às medidas provisórias desde sua edição.
- Ⓓ A medida provisória é inconstitucional nesse caso, pois viola os princípios da legalidade e da reserva legal em matéria penal.
- Ⓔ A validade da norma penal criada por medida provisória depende apenas da existência de urgência e relevância justificadas pelo Poder Executivo.

Questão 72

Durante a execução de um roubo, o autor rendeu a vítima com uma arma de brinquedo com aparência de real e exigiu-lhe a carteira; entretanto, antes que a vítima lhe entregasse o bem, o agente, por remorso, pediu-lhe desculpas e fugiu do local sem levar nada.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ a conduta do agente é atípica, pois a arma utilizada era inidônea para o roubo, o que torna ineficaz a ameaça.
- Ⓑ o autor deve responder por roubo consumado, pois já havia obtido a posse da carteira antes de devolvê-la.
- Ⓒ o autor responderá apenas pelos atos já praticados, pois sua conduta caracteriza desistência voluntária, sendo afastada a consumação do roubo.
- Ⓓ configura-se o arrependimento eficaz, pois o autor desfez o resultado após ter consumado o crime, o que exclui a tipicidade da conduta.
- Ⓔ a fuga após o emprego da ameaça configura arrependimento posterior, hipótese que permite a redução da pena de um a dois terços.

Questão 73

Joana e Carla planejaram matar Ana por vingança. Para tanto, Joana forneceu a Carla uma arma de fogo, pois sabia de sua intenção homicida, e combinou com Carla que esta executaria o disparo. No dia combinado, Carla surpreendeu Ana na saída da casa desta e efetuou o disparo, em decorrência do qual Ana faleceu. Joana, no entanto, não compareceu ao local, tampouco praticou qualquer ato no momento da execução.

Nessa situação hipotética, de acordo com o instituto do concurso de pessoas e os elementos do crime, Joana

- Ⓐ responderá por homicídio culposo, pois não desejava diretamente a morte de Ana, tendo apenas colaborado com Carla.
- Ⓑ responderá apenas por favorecimento pessoal, pois ajudou Carla antes da prática do crime.
- Ⓒ responderá por participação moral, com pena autônoma e menos grave que a de Carla, autora do homicídio.
- Ⓓ não responderá por crime de homicídio, pois não participou do ato de execução de Ana nem estava presente no local do crime.
- Ⓔ responderá pelo homicídio praticado contra Ana, pois participou de seu planejamento e forneceu o meio para a execução do crime.

Questão 74

Rodrigo foi condenado definitivamente a 4 anos de reclusão por crime de estelionato, com trânsito em julgado em 2020. Após o cumprimento da pena, reconhecida por sentença em maio de 2022, ele ingressou, em janeiro de 2025, com pedido de reabilitação criminal.

Considerando a situação hipotética apresentada e os efeitos da condenação penal, bem como o instituto da reabilitação, assinale a opção correta.

- Ⓐ A concessão da reabilitação depende de anulação do efeito secundário da condenação, sendo necessária a revisão criminal para esse fim.
- Ⓑ A reabilitação é cabível mesmo sem o decurso de prazo após o cumprimento da pena, bastando a demonstração de bom comportamento.
- Ⓒ A reabilitação criminal tem o efeito de apagar os antecedentes criminais, tornando Rodrigo primário para todos os efeitos legais.
- Ⓓ A reabilitação somente é cabível se a condenação não tiver gerado efeitos secundários automáticos, como perda de cargo público.
- Ⓔ A reabilitação pode ser concedida após o decurso de 2 anos do cumprimento da pena, desde que o condenado comprove bom comportamento e ressarcimento do dano, salvo impossibilidade de fazê-lo.

Questão 75

Durante investigação policial, identificou-se que um grupo de quatro pessoas se estruturara, de forma estável e com divisão de tarefas, para a prática de extorsão mediante sequestro, com obtenção de vultoso proveito econômico. Um dos integrantes, preso em flagrante, manifestou interesse em colaborar com a investigação, tendo oferecido informações relevantes sobre o paradeiro das vítimas em troca de benefícios legais.

Com base nos fatos mencionados nessa situação hipotética e no disposto na Lei n.º 12.850/2013, assinale a opção correta.

- Ⓐ A colaboração premiada só poderia ser realizada com o investigado em liberdade, sendo vedada sua celebração após a prisão em flagrante.
- Ⓑ A colaboração premiada é um meio de obtenção de prova e pode ser utilizada mesmo contra corréus, desde que acompanhada de outros elementos de corroboração.
- Ⓒ O grupo em questão não se enquadra na classificação de organização criminosa, cuja caracterização exige, além de estabilidade e estrutura organizada, a participação de, no mínimo, cinco pessoas.
- Ⓓ O acordo de colaboração premiada depende da homologação do juiz e não pode ser recusado pelo Ministério Público.
- Ⓔ A colaboração premiada exige obrigatoriamente o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público para que produza efeitos legais.

Questão 76

A respeito da fase pré-processual e da natureza jurídica e funcional do inquérito policial, assinale a opção correta.

- Ⓐ O inquérito policial visa obter elementos mínimos acerca de uma conduta criminosa e, por isso, deve sempre servir de fundamento para a propositura de uma ação penal.
- Ⓑ O inquérito policial é um procedimento administrativo inquisitivo que tem por finalidade a aplicação da sanção penal ao indiciado.
- Ⓒ Em razão da natureza inquisitiva do inquérito, não se admite a requisição de diligências pelo indiciado diretamente à autoridade policial.
- Ⓓ O inquérito policial pode ser instaurado mediante provocação do ofendido ou de seu representante legal, porém nunca de ofício.
- Ⓔ O delegado de polícia poderá, conforme o caso, deixar de instaurar inquérito policial, mesmo diante de *notitia criminis*, se verificar ausência de elementos mínimos que indiquem materialidade e autoria.

Questão 77

Em relação aos princípios constitucionais e informadores do processo penal brasileiro, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ação penal privada subsidiária da pública tem previsão constitucional e visa assegurar ao Ministério Público a possibilidade de exercer a pretensão punitiva quando, nos casos de ação penal privada, houver inércia do ofendido.
- Ⓑ Como consectário da dignidade da pessoa humana, em nenhuma hipótese o civilmente identificado pode ser submetido à identificação criminal.
- Ⓒ A CF determina que o preso deverá ser informado do direito de permanecer calado e assegura-lhe, entre outras garantias, a assistência da família e de advogado, conferindo a ele, ainda, o direito à identificação da pessoa responsável por sua prisão ou seu interrogatório.
- Ⓓ A garantia da inviolabilidade domiciliar é ressalvada nas hipóteses de determinação judicial e de flagrante delito, desde que, em ambos os casos, o ingresso não consentido ocorra durante o dia.
- Ⓔ A CF prevê o tribunal do júri como órgão competente para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, assegurando-lhe o sigilo das votações, a ampla defesa e a soberania dos veredictos.

Questão 78

Assinale a opção correta acerca dos sujeitos do processo penal.

- Ⓐ O abandono da causa pelo defensor constituído enseja a aplicação de multa a ele.
- Ⓑ É suspeito o juiz em processo no qual seu cônjuge seja parte.
- Ⓒ A admissão do assistente de acusação pode se dar a qualquer momento, desde que o pedido seja formulado até o fim da instrução processual.
- Ⓓ Se o acusado não indicar advogado para a promoção de seus interesses, o juiz nomeará defensor, cuja remuneração compete ao Estado, independentemente da condição econômica do réu.
- Ⓔ O impedimento ou a suspeição decorrente de parentesco por afinidade não cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, caso sobrevenham descendentes.

Questão 79

À luz das disposições do Código de Processo Penal sobre prisão, medidas cautelares e liberdade provisória, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em substituição à prisão preventiva, o juiz poderá conceder a prisão domiciliar a gestante, desde que se trate de gestação de alto risco ou que já tenha ultrapassado o sétimo mês.
- Ⓑ Admite-se a internação provisória nos casos que envolvam violência ou grave ameaça, desde que a perícia conclua pela inimputabilidade do acusado, vedada a medida cautelar na hipótese de semi-imputabilidade.
- Ⓒ Admite-se a substituição da prisão preventiva pela domiciliar para a mãe de criança com deficiência, independentemente do crime, excetuada a hipótese em que este tenha sido praticado contra seu próprio filho ou dependente.
- Ⓓ A prisão preventiva pode ser decretada nos casos que envolvam violência doméstica contra a mulher, ainda que as penas máximas cominadas ao delito não superem 4 anos de privação de liberdade.
- Ⓔ Em atenção ao princípio acusatório, é vedada a decretação ou revogação de prisão preventiva, de ofício, pelo juiz.

Questão 80

Com base nos aspectos processuais da Lei n.º 9.099/1995, que dispõe sobre os juizados especiais criminais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os embargos de declaração opostos contra a sentença, com a finalidade de sanar omissão, contradição ou obscuridade, suspendem o prazo para a interposição de recurso.
- Ⓑ A aceitação da proposta de transação penal não implica reconhecimento formal de culpa e não constará como antecedente criminal, sendo registrada apenas para impedir o mesmo benefício ou outro de natureza semelhante pelo prazo de 5 anos.
- Ⓒ Cabe recurso nominado contra a decisão que rejeite denúncia sujeita ao rito sumaríssimo previsto na referida lei.
- Ⓓ A proposta de transação penal pode ser feita pelo Ministério Público até o momento da sentença, desde que o réu não tenha sido condenado por crime anterior.
- Ⓔ A sentença que homologa transação penal é irrecorrível, em razão da natureza consensual desse instituto.

Questão 81

No que diz respeito aos princípios do direito empresarial, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em atenção ao princípio da autonomia patrimonial, a empresa não deve apenas buscar o lucro, mas também ter um impacto positivo na sociedade.
- Ⓑ O princípio da livre iniciativa assegura a liberdade de competição entre as empresas.
- Ⓒ Consoante o princípio da função social da empresa, o patrimônio da empresa deve estar separado do patrimônio dos sócios.
- Ⓓ O princípio da preservação da empresa visa garantir a continuidade da atividade empresarial, mesmo diante de dificuldades financeiras.
- Ⓔ De acordo com o princípio da livre concorrência, qualquer pessoa pode exercer atividade econômica, respeitados os regulamentos e as leis.

Questão 82

Acerca da caracterização, inscrição e capacidade do empresário, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao instituir filial em lugar sujeito à jurisdição de outro registro público de empresas mercantis, o empresário não estará obrigado a averbar essa constituição no registro público de empresas mercantis da respectiva sede.
- Ⓑ A incapacidade adquirida impede o empresário de continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz.
- Ⓒ O registro público de empresas mercantis poderá registrar contratos de sociedades nas quais o sócio incapaz exerça a administração da sociedade, desde que o capital social esteja totalmente integralizado.
- Ⓓ Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.
- Ⓔ É obrigatória a inscrição do empresário no registro público de empresas mercantis da respectiva sede no prazo máximo de 30 dias após o início da atividade.

Questão 83

A respeito das operações societárias, da dissolução e liquidação das sociedades, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em caso de cisão, seja parcial, seja total, a sociedade cindida se extingue.
- Ⓑ Em caso de falência, a dissolução de uma companhia ocorre, de pleno direito, por deliberação da assembleia geral.
- Ⓒ Na liquidação judicial, o liquidante será nomeado pela assembleia geral caso o estatuto seja silente a respeito da competência de nomeação.
- Ⓓ A incorporação e a fusão são formas de extinção de uma companhia.
- Ⓔ O ato de transformação depende de dissolução ou liquidação da sociedade.

Questão 84

Assinale a opção correta com base no que dispõe a Lei n.º 9.279/1996 acerca das patentes e seus registros.

- Ⓐ As patentes de invenção e de modelos de utilidade vigorarão pelo prazo de 20 anos, a contar da data do depósito.
- Ⓑ A obtenção da patente garante ao autor a propriedade da invenção ou do modelo de utilidade.
- Ⓒ Os programas de computador são patenteáveis como modelo de utilidade.
- Ⓓ A invenção e o modelo de utilidade são considerados novos quando compreendidos no estado da técnica.
- Ⓔ É patenteável o modelo de utilidade que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.

Questão 85

À luz das disposições da Lei n.º 9.279/1996 referentes à nulidade e à extinção do registro da patente, assinale a opção correta.

- Ⓐ A declaração de nulidade do registro produzirá efeito a partir da data da publicação da decisão.
- Ⓑ A nulidade do registro poderá ser parcial caso a parte subsistente seja considerada registrável.
- Ⓒ A ação de nulidade de patente é de competência exclusiva do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), de ofício ou mediante provocação de qualquer pessoa com legítimo interesse.
- Ⓓ O processo de caducidade instaurado a requerimento não prosseguirá caso haja desistência do requerente.
- Ⓔ Extinta a patente, somente o requerente poderá solicitar um novo registro do seu objeto.

Questão 86

Assinale a opção em que é corretamente indicado item que se insere no conceito de bem material do estabelecimento comercial.

- A contrato
- B nome empresarial
- C mercadoria
- D ponto comercial
- E marca/patente

Questão 87

Assinale a opção correta no que concerne ao consórcio de empresas.

- A Cada consorciada destina recursos para compor o patrimônio do consórcio, na medida de sua participação no empreendimento a ser executado.
- B As companhias e quaisquer outras sociedades, sob o mesmo controle ou não, podem constituir consórcio para a execução de determinado empreendimento.
- C O consórcio adquire personalidade jurídica no momento da publicação da certidão de arquivamento do contrato de constituição no registro do comércio do lugar da sua sede.
- D As empresas consorciadas respondem, solidariamente, pelas obrigações assumidas pelo consórcio.
- E A falência de uma consorciada estende-se às demais, extinguindo o consórcio.

Questão 88

Tendo como base as disposições da Lei Complementar n.º 123/2006, assinale a opção correta.

- A As empresas de pequeno porte que participem de licitações públicas estão dispensadas da apresentação da documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista.
- B A pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica poderá beneficiar-se do Simples Nacional.
- C Processo de abertura, registro, alteração e baixa da empresa de pequeno porte, bem como qualquer exigência para o início de seu funcionamento, deverão ter trâmite especial e simplificado, preferencialmente eletrônico, opcional para o empreendedor.
- D Em relação ao parâmetro financeiro, considera-se empresa de pequeno porte aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000.
- E O enquadramento/desenquadramento da sociedade empresária como empresa de pequeno porte implicará alteração em relação a contratos por ela anteriormente firmados.

Questão 89

Assinale a opção correta em relação às sociedades anônimas.

- A Denomina-se fechada a companhia cujos valores mobiliários de sua emissão são admitidos à negociação, no mercado de valores mobiliários, por grupo restrito de acionistas.
- B A sociedade será designada por denominação acompanhada das expressões “companhia” ou “sociedade anônima”, por extenso ou abreviadamente, utilizadas sempre ao final da denominação social.
- C A companhia não pode ter por objeto social participar de outras sociedades que tenham ou não fins lucrativos.
- D Por meio de *golden share*, categoria especial de ação preferencial de propriedade do acionista controlador, pode-se estabelecer o direito de vetar determinadas deliberações, nos termos estabelecidos nos respectivos estatutos sociais.
- E As ações são ordinárias, preferenciais ou de fruição, conforme a natureza dos direitos ou vantagens que confirmam a seus titulares.

Questão 90

Assinale a opção correta em relação à sociedade em nome coletivo.

- A Esse tipo de sociedade poderá assumir a forma de sociedade simples, ficando, nesse caso, sujeita à falência.
- B Nessa sociedade, os sócios podem, sem prejuízo da responsabilidade perante terceiros, limitar entre si a responsabilidade de cada um.
- C A administração desse tipo de sociedade pode ser exercida por não sócio, desde que lhe sejam conferidos os necessários poderes.
- D A referida sociedade pode ser composta por pessoas física e jurídica.
- E Nessa sociedade, os sócios, em regra, respondem subsidiariamente e limitadamente pelas obrigações sociais.

Questão 91

Assinale a opção correta com base no que dispõe a Lei n.º 11.101/2005.

- A A decisão que decreta a falência da sociedade acarreta a falência de todos os sócios, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida.
- B A decisão que decreta a falência da sociedade não acarreta a falência do sócio que tenha se retirado, voluntariamente, há menos de dois anos, quanto às dívidas existentes na data do arquivamento da alteração do contrato e não solvidas até a data da decretação da falência.
- C É vedada a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica aos sócios de responsabilidade limitada e aos administradores da sociedade falida.
- D O juízo da falência é indivisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido.
- E A decretação da falência determina o vencimento antecipado das dívidas do devedor e de todos os sócios.

Questão 92

Assinale a opção correta a respeito dos requisitos para a recuperação judicial.

- A Poderá requerer recuperação judicial o devedor que não tenha sido condenado por crime falimentar ou não tenha como sócio controlador ou administrador pessoa condenada por crime falimentar.
- B Não poderá requerer recuperação judicial o devedor que a tiver obtido anteriormente.
- C Em caso de empresa de pequeno porte, não poderá requerer recuperação judicial o devedor que tenha obtido recuperação judicial, com base em plano especial, há menos de 3 anos.
- D No momento do pedido de recuperação judicial, o devedor tem de estar no exercício regular de suas atividades há pelo menos um ano.
- E O devedor falido deverá comprovar, no momento do pedido da recuperação judicial, ter ingressado com apelação contra a sentença que determinou as responsabilidades decorrentes da falência.

Questão 93

De acordo com o que dispõe a Lei n.º 11.101/2005, compete à assembleia geral de credores

- Ⓐ comunicar ao juiz violação dos direitos ou prejuízo aos interesses dos credores.
- Ⓑ zelar pelo bom andamento do processo e pelo cumprimento da lei.
- Ⓒ fiscalizar as atividades e examinar as contas do administrador judicial.
- Ⓓ aprovar, rejeitar ou modificar o plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor.
- Ⓔ apurar e emitir parecer sobre quaisquer reclamações dos interessados.

Questão 94

Acerca da alienação de bens para a realização do ativo em processo falimentar, assinale a opção correta.

- Ⓐ A alienação estará sujeita à aplicação do conceito de preço vil.
- Ⓑ A alienação por leilão dar-se-á, em primeira chamada, por 50% do valor de avaliação do bem.
- Ⓒ Frustrada a tentativa de alienação dos bens da massa falida e não havendo proposta concreta dos credores para assumi-los, os bens poderão ser destinados à doação ou, se não houver interessados na doação, devolvidos ao falido.
- Ⓓ A alienação levará em conta a conjuntura favorável do mercado no momento da venda.
- Ⓔ A alienação dependerá da consolidação do quadro geral de credores.

Questão 95

Assinale a opção correta em relação aos efeitos da decretação da falência sobre as obrigações do devedor.

- Ⓐ As contas correntes com o devedor consideram-se encerradas no momento de decretação da falência, verificando-se o respectivo saldo.
- Ⓑ Em contratos de locação, a falência do locador resolve o contrato de locação e, na falência do locatário, o administrador judicial pode, a qualquer tempo, denunciar o contrato.
- Ⓒ Os efeitos do mandato conferido pelo devedor para a realização de negócios cessarão a partir do requerimento da falência, cabendo ao mandatário prestar contas de sua gestão.
- Ⓓ A distribuição do pedido de falência suspende o exercício do direito de retirada ou de recebimento de valor de quotas ou ações dos sócios da sociedade.
- Ⓔ Os contratos bilaterais resolvem-se pela falência.

Questão 96

No mundo, existe um conjunto de 17 elementos químicos denominados terras raras. Os elementos de terras raras como matéria-prima de produtos de tecnologia são utilizados para a produção de

- Ⓐ imã e bateria.
- Ⓑ liga de carbono.
- Ⓒ aço inoxidável.
- Ⓓ energia termoeletrônica.
- Ⓔ plástico de alta resistência.

Questão 97

A vacina tetraviral ou tetravalente viral, disponível no Sistema Único de Saúde (SUS), é indicada para a imunização de crianças com idade superior a 15 meses contra

- Ⓐ difteria, tétano e *pertussis*.
- Ⓑ difteria, tétano, sarampo e varíola.
- Ⓒ meningite, difteria, tétano e coqueluche.
- Ⓓ hepatite A e B, meningite e rotavírus.
- Ⓔ sarampo, caxumba, rubéola e varicela.

Questão 98

A Amazônia Legal integra nove unidades da Federação e corresponde a cerca de 59% do território brasileiro. Nessa vasta região, as redes de transporte são responsáveis pela articulação das cidades com a rede urbana tanto estadual, quanto nacional e internacional. No que se refere ao sistema de transporte em seus diversos modais na Amazônia Legal, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os altos custos de manutenção e das passagens aéreas limitou o transporte aeroviário na Amazônia Legal, havendo poucos aeroportos na região.
- Ⓑ As rodovias estaduais e federais que cortam a Amazônia Legal foram planejadas no início do século XX, a partir da adoção de incentivos ao transporte rodoviário, integrando todos os estados e sedes municipais da região.
- Ⓒ As ferrovias Carajás e Norte-Sul, que integram os estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso à rede ferroviária nacional, servem ao transporte de mercadorias e pessoas, diminuindo a dependência do transporte rodoviário.
- Ⓓ A rede hidroviária da Amazônia Legal é extensa e compõe-se de rios de grande, médio e pequeno porte, navegáveis em grande parte de seu percurso, estruturando a rede viária da região.
- Ⓔ Os portos amazônicos, em sua maioria de escala local, dão suporte principalmente ao transporte de cargas e pessoas dentro da Amazônia Legal.

Questão 99

O crescimento da economia global está desacelerando, prevendo-se que o crescimento caia para 2,3% em 2025 — uma redução significativa em relação às projeções anteriores —, com apenas uma leve recuperação esperada entre 2026 e 2027.

Banco Mundial. *Perspectivas econômicas globais*, jun. 2025 (com adaptações).

Consideradas as informações apresentadas, é correto afirmar que o atual contexto de desaceleração do crescimento da economia global justifica-se

- Ⓐ pelos conflitos no leste europeu e no Oriente Médio e seus efeitos regionais, além do investimento do mercado global em países como Brasil, Rússia, Índia e China após a finalização dos conflitos.
- Ⓑ pela imposição de barreiras e taxas alfandegárias pelo governo dos Estados Unidos da América (EUA), ação que tem gerado clima de incerteza e desaceleração da economia global.
- Ⓒ pelo endividamento das famílias e pela queda nas taxas de juros, que propiciam um ambiente de incertezas quanto ao efetivo pagamento das dívidas e da manutenção de consumo em larga escala.
- Ⓓ pelo excesso de produção do setor de alimentos e bebidas, que gerou oferta maior que a procura e redução dos preços no mercado global, bem como das perspectivas de investimentos no setor.
- Ⓔ pelos efeitos dos anos da pandemia de covid-19 (2020-2024) ainda hoje sentidos, com diminuição da oferta de trabalho e do consumo em escala global.

Questão 100

A respeito das relações internacionais no contexto atual, assinale a opção correta.

- Ⓐ A disputa comercial entre os EUA e a China tem provocado a adoção, pelos EUA, de medidas protecionistas e nacionalistas.
- Ⓑ O sistema bilateral de comércio internacional tem priorizado o comércio entre blocos geoeconômicos como União Europeia (UE), Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- Ⓒ A presidência do grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS), assumida recentemente pela África do Sul, é pautada por mudanças na governança global e no combate às mudanças climáticas.
- Ⓓ A adoção de princípios da economia verde tem gerado disputas entre países do hemisfério norte pelo controle de tecnologias e de mercados verdes, como o da energia termoelétrica.
- Ⓔ O comércio internacional tem-se pautado por vantagens competitivas como isenção fiscal, menor custo de mão de obra e energia e selos de qualidade ambiental, entre outras.

Espaço livre